

SITUAÇÃO SOCIAL E ECONÓMICA DOS AÇORES (2001 – 2018)

Fernando Diogo

(Sociólogo, Professor Auxiliar com Agregação da Universidade dos Açores)

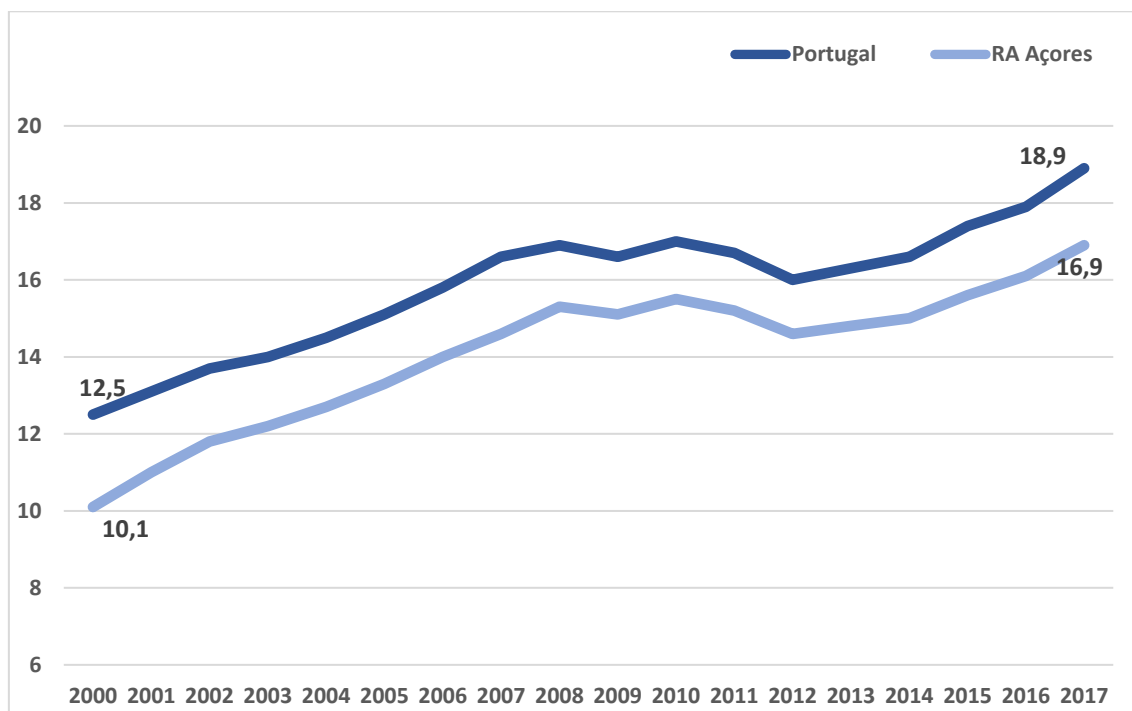
Filipe Machado

(Sociólogo, técnico da Universidade dos Açores)

Ponta Delgada, julho de 2019

Este trabalho foi realizado a pedido da Diocese dos Açores e destina-se a fornecer aos seus paroquianos um retrato muito rápido da realidade social regional.

Gráfico 1 – Evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* – Portugal e Açores, 2000 – 2017 (milhares de euros)

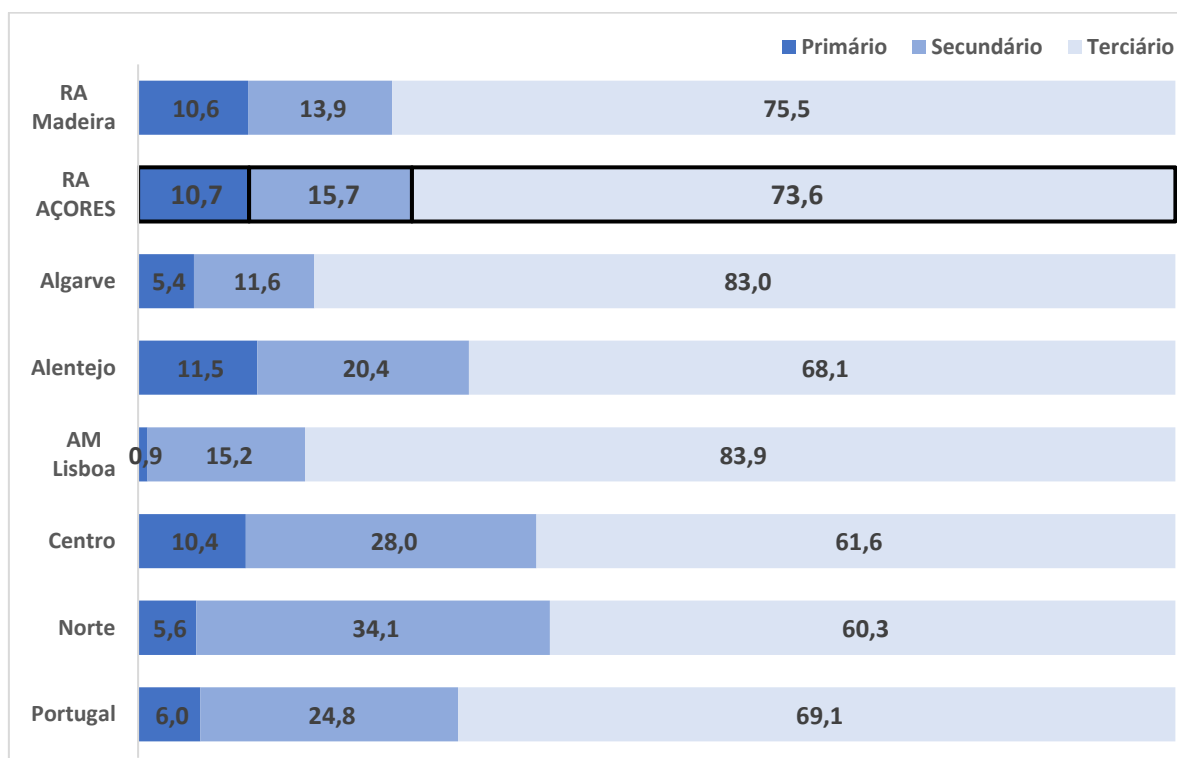


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - Estimativas Anuais da População Residente

O Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é um dos indicadores mais relevantes com o objetivo de quantificar a atividade económica de um determinado território, pois indica a riqueza criada, por pessoa, a preços constantes do mercado.

Através do gráfico 1 é possível constatar que a evolução nos Açores é francamente positiva, seguindo a tendência nacional, embora com um período de alguma estagnação entre os anos de 2008 e de 2012. Comparativamente, a diferença negativa que existia nos Açores em relação à média do país em 2000 subsiste no ano de 2017.

Gráfico 2 – População empregada por grandes sectores de atividade económica – Portugal e Regiões, 2018 (%)

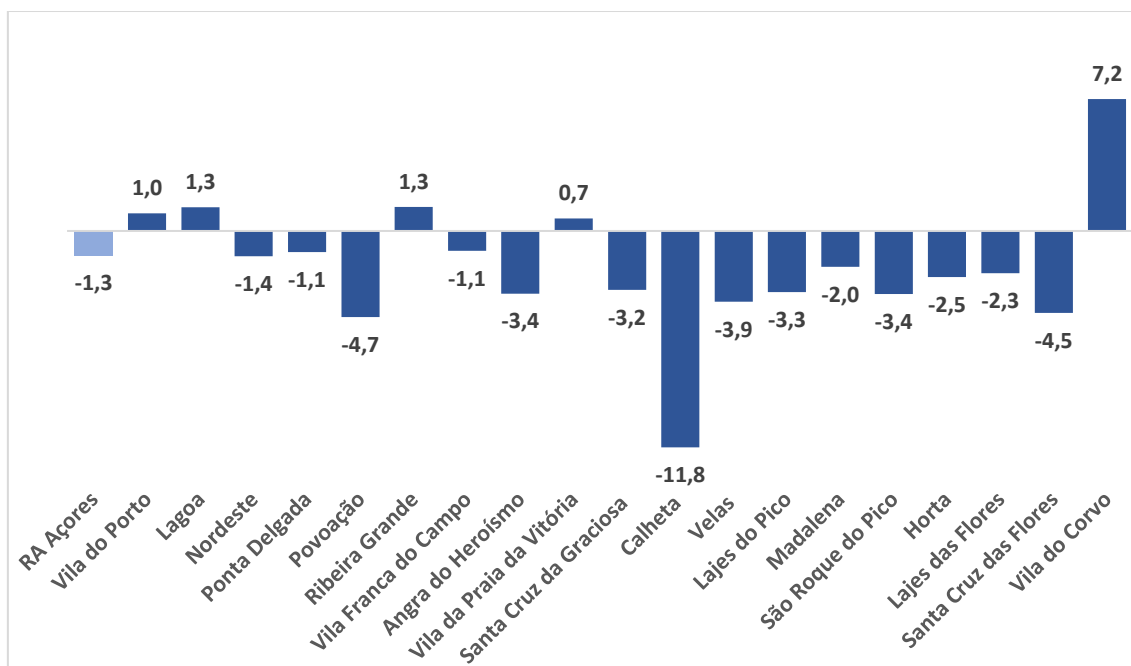


Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

É frequente proceder-se ao agrupamento das atividades económicas em três grandes sectores: o primário, que inclui a agricultura, a floresta, a caça, a pesca e a extração mineral (minas e pedreiras); o secundário, que abrange a indústria transformadora e a construção; e o terciário, que contém os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Se atendermos à distribuição da população empregada pelos grandes setores de atividade económica (gráfico 2), constata-se que os Açores está no grupo de regiões com um maior peso do setor primário (10,7%) e, simultaneamente, com um menor peso do setor secundário (15,7%). Este último setor apresenta uma grande diferença em relação ao todo do país, na ordem dos 10 pontos percentuais. Por seu lado, o setor terciário é o mais representado, mantendo-se em 2018 ligeiramente acima da média nacional.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de crescimento da população residente, por concelho – Açores, 2011 – 2017 (%)

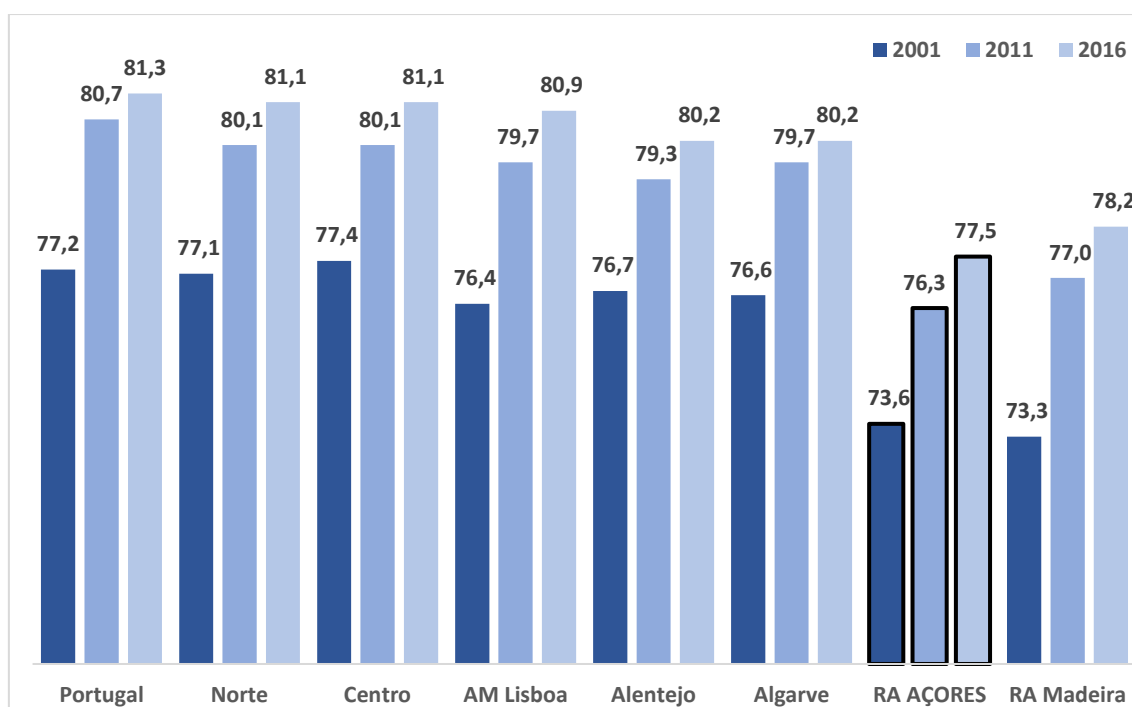


Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) - Estimativas da População Residente

Entende-se por população residente o conjunto de pessoas que viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses. A taxa de crescimento populacional permite saber quanto cresce a população residente, em média, num determinado período.

No gráfico 3 verifica-se uma evolução negativa da população residente na Região Autónoma dos Açores, com um decréscimo na ordem dos 1,3 pontos percentuais ao longo dos sete anos estudados (2011-2017). Para este resultado muito contribuem os resultados para a Calheta de São Jorge (-11,8 pontos percentuais), seguindo-se os concelhos de Povoação em S. Miguel, com -4,7 pontos percentuais, e, também, o de Santa Cruz das Flores (-4,5 pontos percentuais). Em contrapartida, Vila do Corvo é aquele que, ao nível percentual, ganhou mais população, embora o reduzido número de casos implique que qualquer mudança em valor absoluto tenha um grande impacto percentual.

Gráfico 4 – Esperança média de vida à nascença – Portugal e Regiões, 2001, 2011 e 2016 (anos)

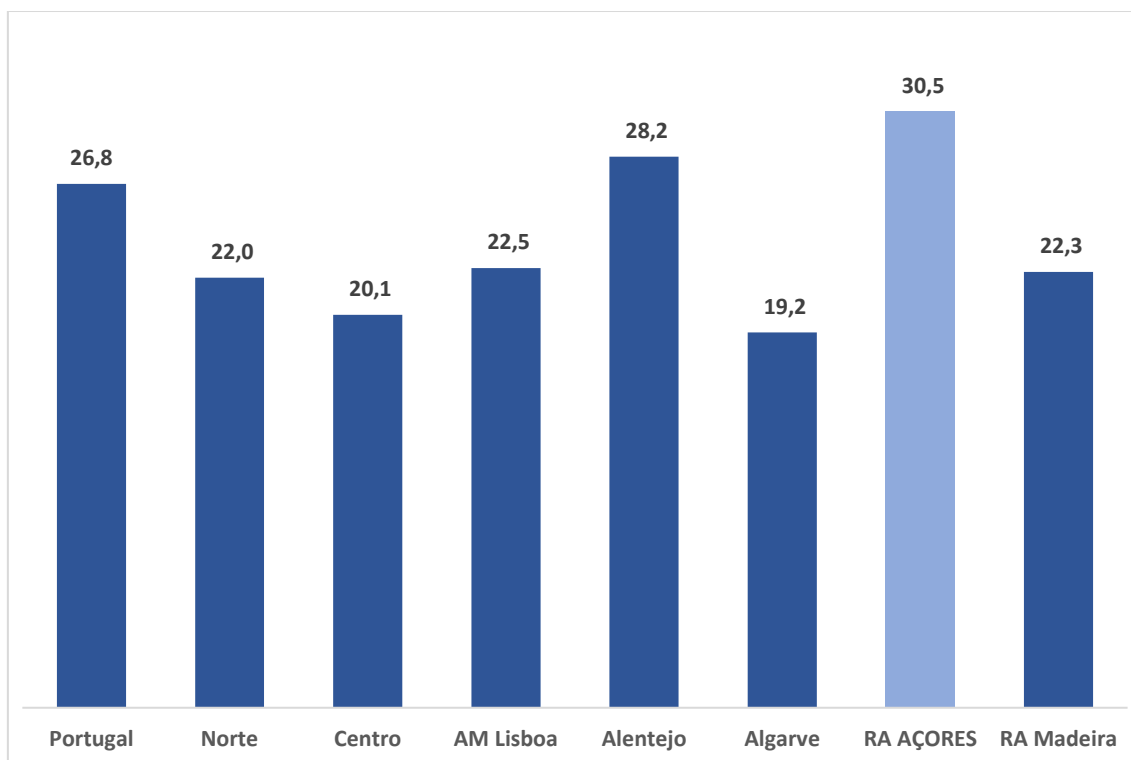


Fonte: INE - Estatísticas de Óbitos

A Esperança média de vida à nascença é o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades constatadas no momento da observação.

Ao analisarmos o gráfico 4, podemos verificar que as regiões autónomas da Madeira e, particularmente, dos Açores, são as que se destacam com as menores esperanças médias de vida à nascença, não tendo conseguido, ao longo do período em referência (2001 – 2016), aproximar-se das restantes regiões do país, embora apresentem uma trajetória positiva. Os números dos Açores em 2016 (77,5 anos) estão em linha com a média nacional em 2001 (77,2 anos). Em 2016 a esperança média de vida à nascença na Região é menor cerca quatro anos do que a média portuguesa (81,3 anos).

Gráfico 5 – Prevalência de obesidade (IMC>29.9), ponderada para a distribuição da população portuguesa – Portugal e Regiões, 2015-2016 (%)

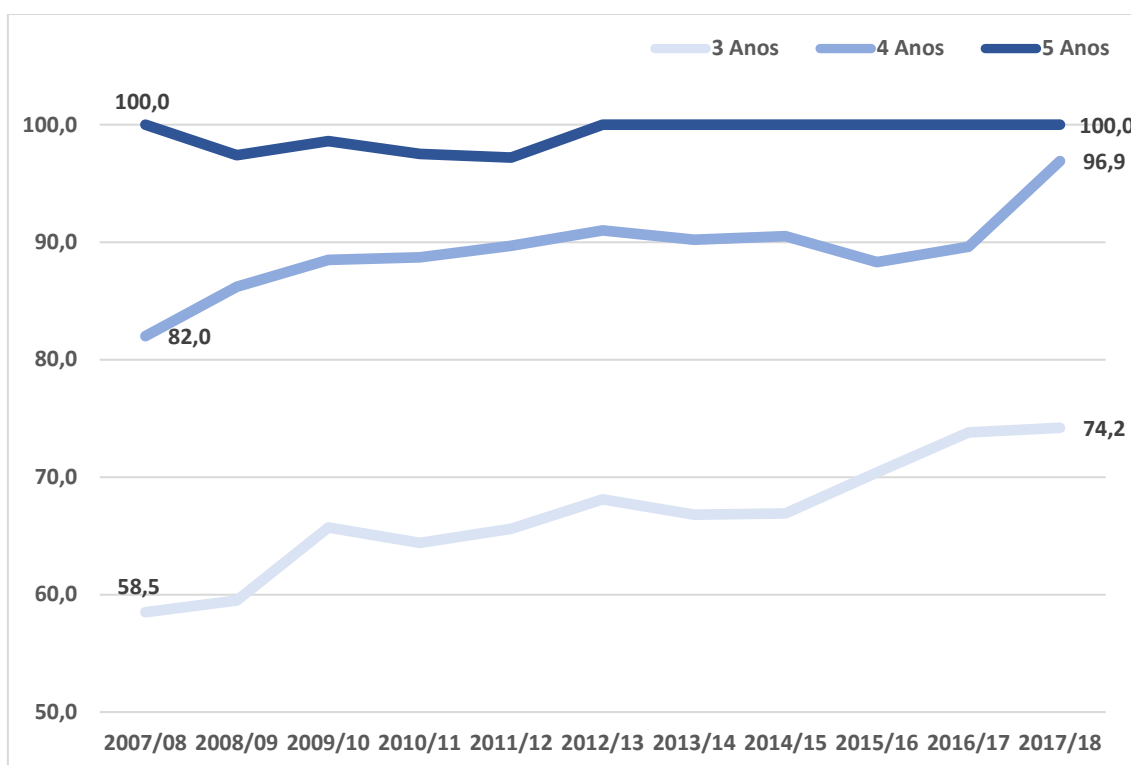


Fonte: Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física (AN-AF 2015-2016)

A obesidade é considerada uma acumulação excessiva ou anormal de gordura capaz de afetar a saúde, representando um problema de saúde pública. O IMC é um instrumento que permite avaliar esta condição, sendo que os valores superiores a 29.9 são considerados um fator de risco para doenças cardiovasculares, diabetes, desordens musculoesqueléticas e para alguns tipos de cancro, os quais lideram as principais causas de morte e incapacidade ao nível mundial (Serviço Nacional de Saúde, 2017).

Como é possível observar no gráfico 5, referente ao ano de 2016, a Região Autónoma dos Açores é a que detém a mais elevada prevalência de obesidade do país (30,5%), seguida do Alentejo, sendo 3,7 pontos percentuais superior à média nacional.

Gráfico 6 – Evolução da Taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos de idade, rede pública e privada, por ano letivo – Açores, 2002/03 - 2017/18 (%)

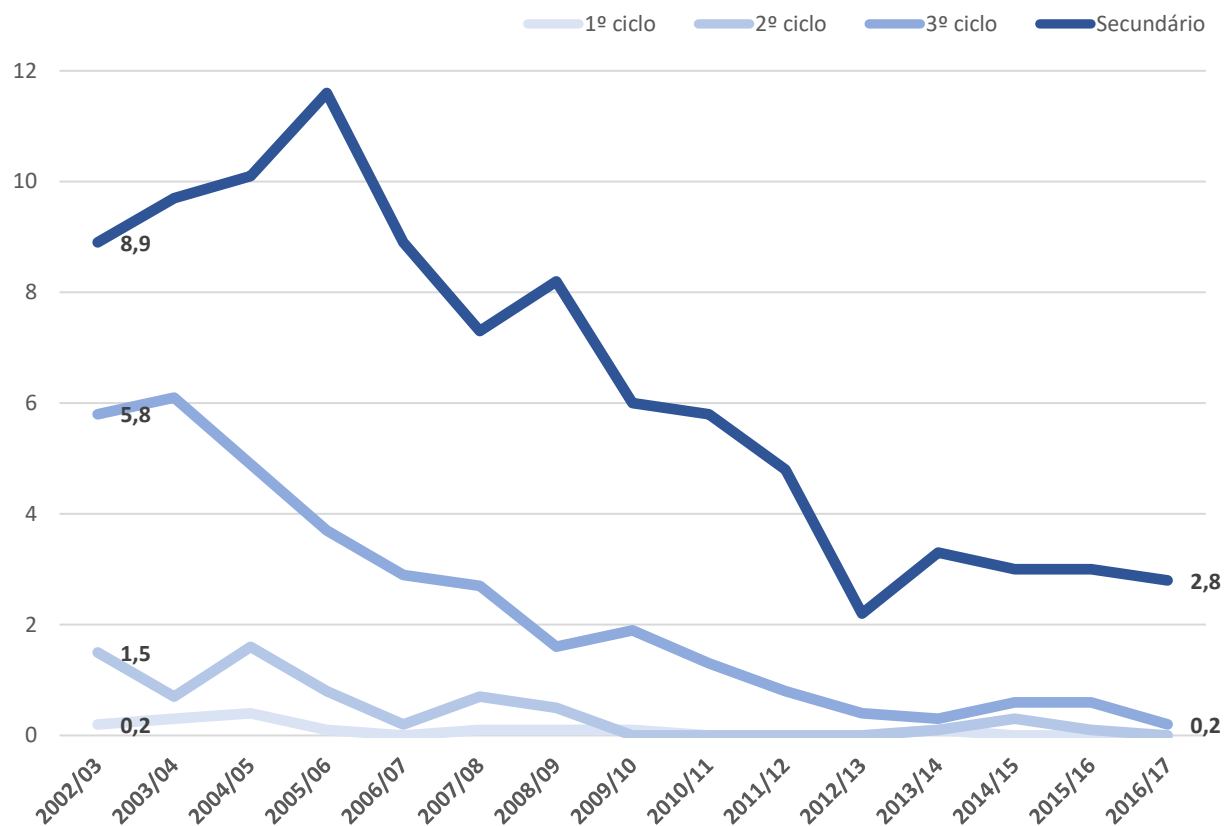


Fonte: Secretaria Regional de Educação e Cultura (SREC) - Estatísticas da Educação 2017/2018

A taxa de pré-escolarização é a percentagem de alunos matriculados no ensino pré-escolar, em idade normal de frequência desse ciclo, face à população dos mesmos níveis etários (3 a 5 anos).

É possível constatar que a taxa de frequência do pré-escolar aos 5 anos se mantém estável nos 100 pontos percentuais desde o ano letivo 2012/2013, após alguns anos de ligeiras oscilações. Em relação à faixa dos 4 anos, nota-se uma trajetória positiva muito significativa, com uma particular subida no ano letivo de 2017/2018. Para os 3 anos, embora a tendência seja também de forte subida ao longo dos anos analisados, os valores ainda estão relativamente distantes das outras duas idades, tendo alcançado os 74,2 pontos percentuais em 2017/2018.

Gráfico 7 – Evolução da Taxa de abandono de educação e formação no ensino regular, por ciclo
 – Açores, 2002/03 – 2016/17 (%)

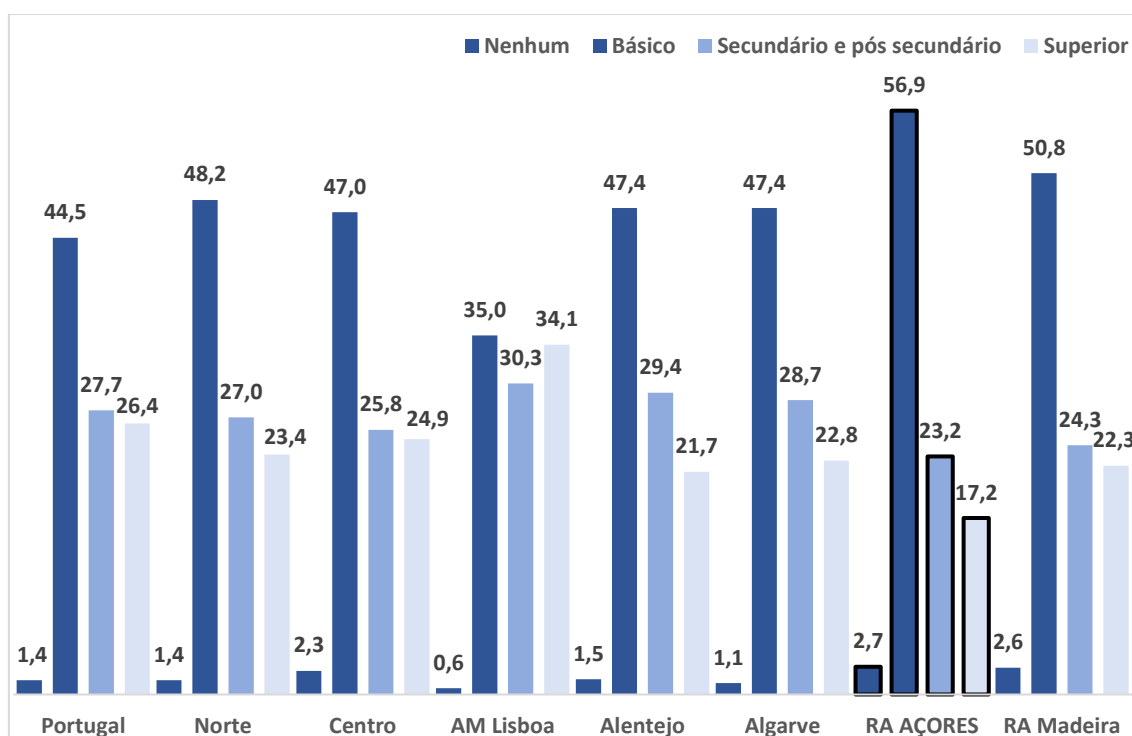


Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A Taxa de abandono de educação e formação no ensino regular, por ciclo, é a percentagem de alunos, em relação ao total, que deixou de estudar sem completar cada um dos ciclos.

O gráfico 7 é claro acerca da tendência da taxa de abandono de educação e formação no ensino regular ao longo dos últimos anos: assinala-se uma acentuada diminuição dos abandonos em todos os ciclos analisados. Todavia, enquanto os 1.º, 2.º e 3.º ciclos apresentam no ano letivo de 2016/17 um valor quase residual (até 0,2 pontos percentuais), os números do secundário ainda mantêm uma pequena expressão (2,8 pontos percentuais).

Gráfico 8 – Distribuição da população ativa por nível de escolaridade completo – Portugal e Regiões, 2018 (%)

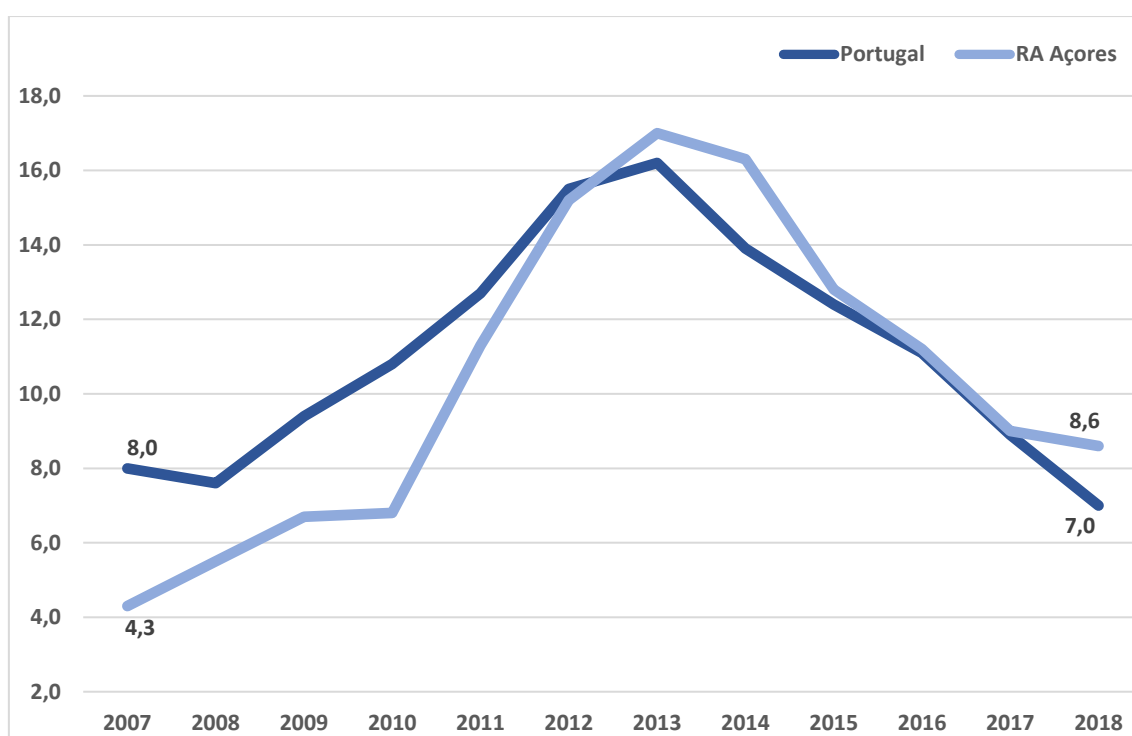


Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Os ativos são a mão-de-obra que está disponível para trabalhar, abrangendo a que está empregada e desempregada. Portanto, é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, num período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

Em termos gerais, segundo os dados do gráfico 8, os Açores são a região do país cuja população ativa apresenta o nível mais baixo de escolaridade em 2018. Esta constatação é visível através da leitura individualizada da distribuição da população ativa açoriana por cada nível de ensino: a população açoriana não só apresenta o maior peso de pessoas em idade ativa sem ensino (2,7%) ou com o ensino básico completo (56,9%), como o peso da população com o secundário e pós-secundário e com o ensino superior completos está muito abaixo da média do país, com uma diferença de menos 4,5 e 9,2 pontos percentuais, respetivamente.

Gráfico 9 – Evolução da taxa de desemprego – Portugal e Açores, 2007 - 2018 (%)

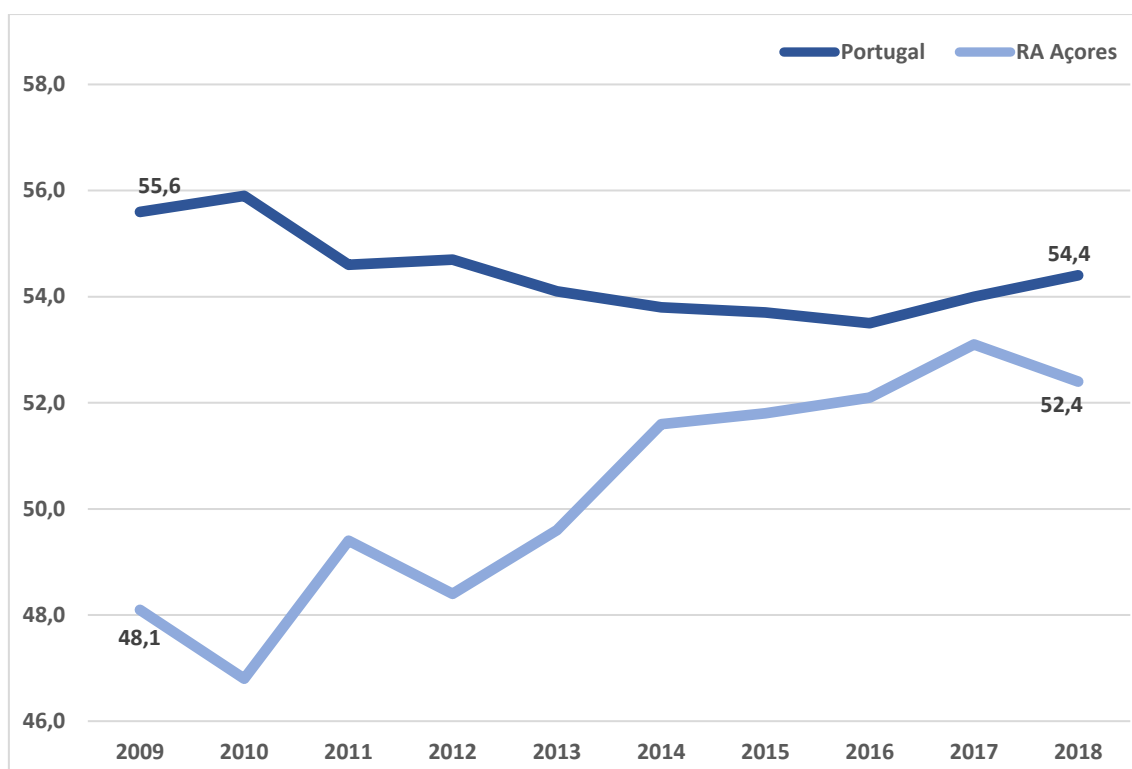


Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A Taxa de desemprego permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (empregados e desempregados). Na prática, a taxa de desemprego representa o número de desempregados por cada 100 ativos.

Na última década, a evolução da taxa de desemprego dos Açores tem sido coincidente com a tendência observada no conjunto país. No entanto, convém destacar que, em 2007, o desemprego nos Açores representava cerca de metade do observado em Portugal (4,3%), tendo atingido, e até superado, este último durante o período correspondente ao auge da crise (2012 – 2013). Nos anos mais recentes, constata-se uma descida generalizada do desemprego, embora a Região Autónoma dos Açores mantenha uma taxa de desemprego acima da observada ao nível nacional. Em 2018 foi de 8,6%.

Gráfico 10 – Evolução da taxa de atividade feminina – Portugal e Açores, 2009- 2018 (%)

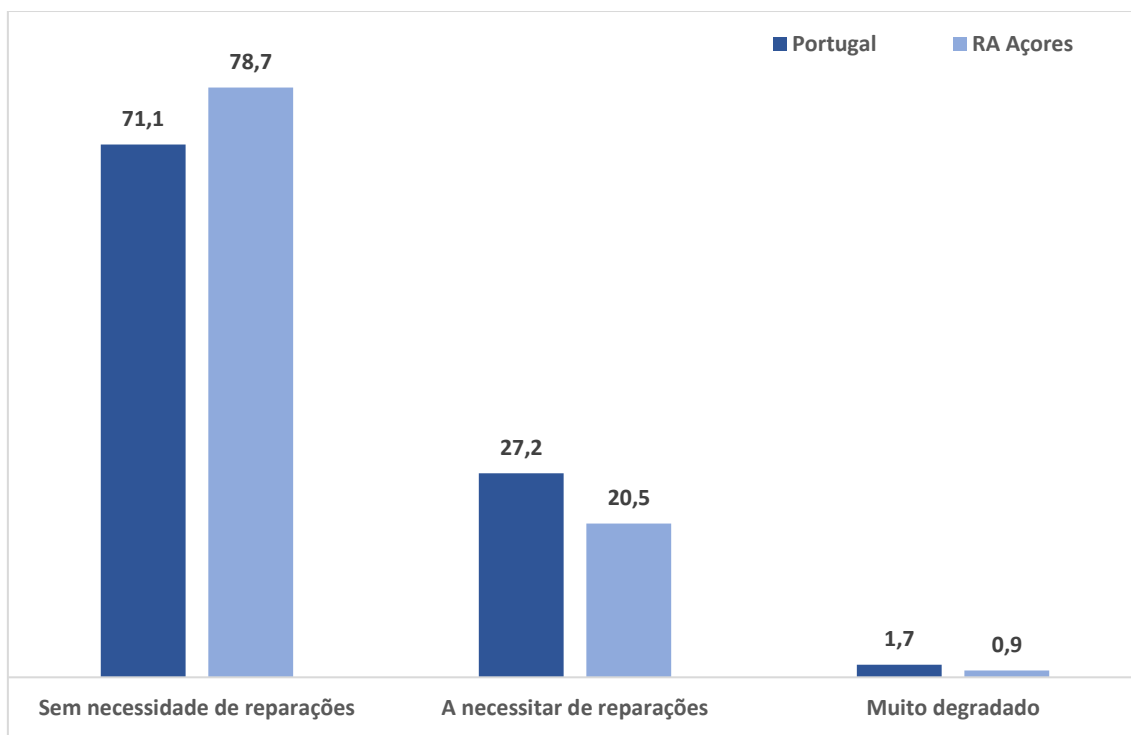


Fonte: INE - Inquérito ao Emprego; Estimativas Anuais da População Residente

A taxa de atividade representa o número de ativos por cada 100 pessoas, com 15 e mais anos. No caso concreto do gráfico 10, o indicador diz respeito somente às mulheres, ou seja, o número de ativas por cada 100 mulheres, com 15 e mais anos.

Como é possível constatar, entre 2009 e 2018, a taxa de atividade feminina ao nível nacional tem sido relativamente consistente, tendo diminuído 1,2 pontos percentuais. Pelo contrário, nos Açores tem-se observado uma tendência de enorme convergência com os números do total do país (+4,3 pontos percentuais), podendo-se afirmar que atualmente o valor está muito próximo do total nacional, apesar do abrir da distância nos dois últimos anos observados.

Gráfico 11 – Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação - Portugal e Açores, 2011 (%)

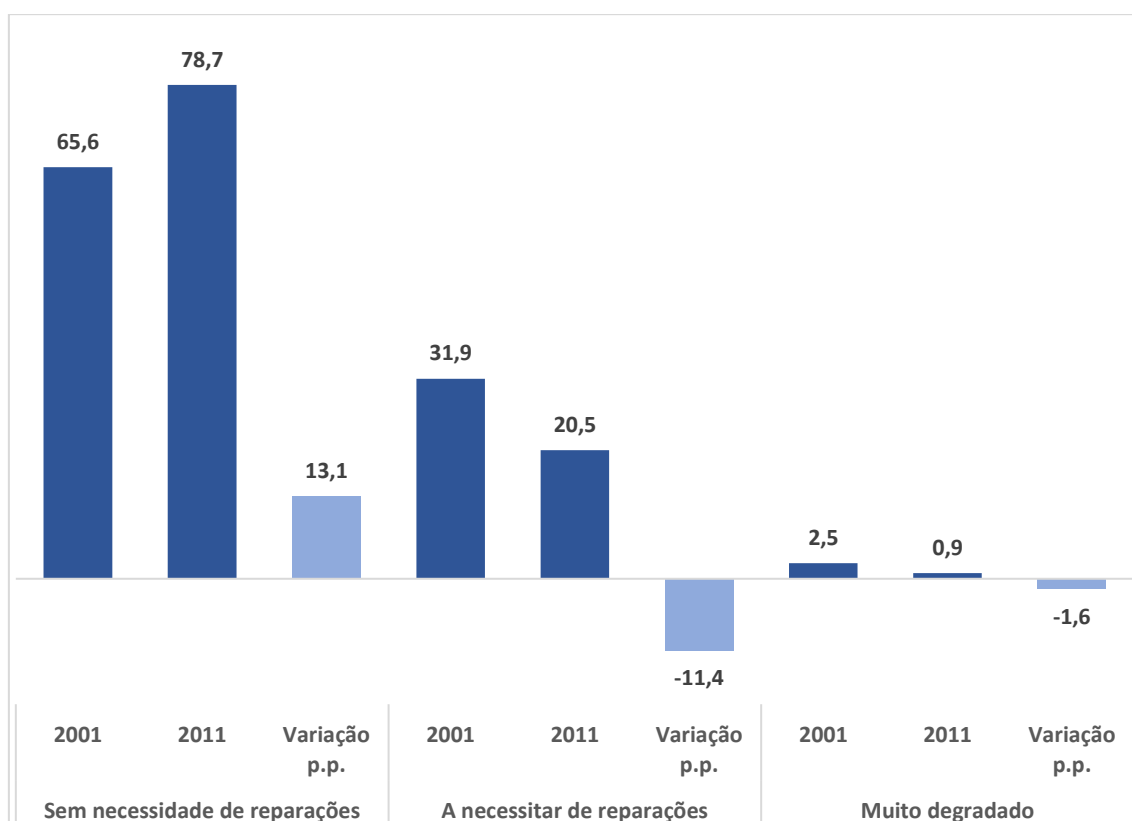


Fonte: INE - Censos 2011

Os dados da habitação, nomeadamente os números relativos à construção de edifícios e ao seu estado de conservação, costumam constituir um indicador fundamental no âmbito do diagnóstico social.

Conforme é apresentado no gráfico 11, podemos afirmar que, em regra, o parque habitacional nos Açores está em bom estado de conservação em comparação com a média do país. Esta constatação está bem refletida nos valores relativos aos edifícios sem necessidade de reparações (mais 7,6 pontos percentuais do que o valor nacional) e nos dos edifícios a necessitar de reparações (menos 6,7 pontos percentuais do que a média). Quanto aos edifícios muito degradados, embora os dados sejam praticamente residuais, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores apresenta um valor percentual menor.

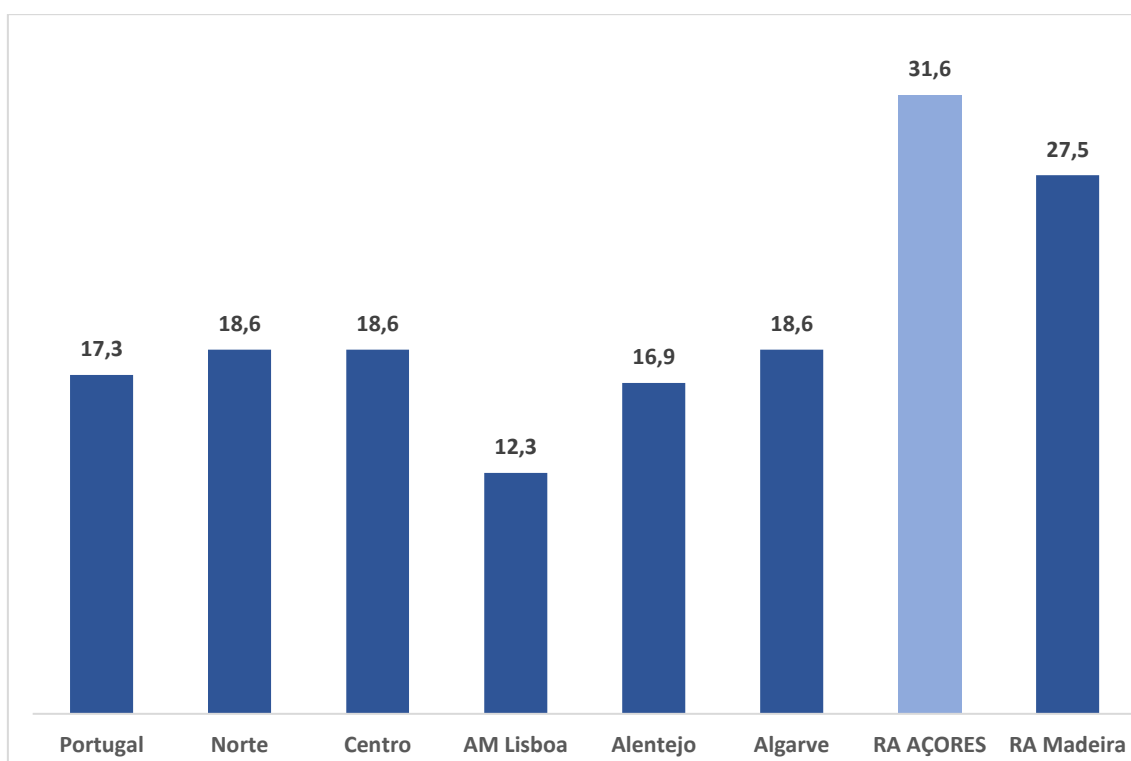
Gráfico 12 – Análise de edifícios clássicos, por estado e conservação - Açores, 2001 e 2011 (%)



Fonte: Fonte: INE - Censos 2001 e 2011

Se tivermos unicamente em consideração a análise do estado de conservação dos edifícios nos Açores, comparando a realidade de 2001 com a de 2011, é possível também verificar uma variação bastante positiva: a percentagem de edifícios sem necessidade de reparação aumentou na ordem dos 13 pontos percentuais, enquanto a dos edifícios a necessitar de intervenção diminuiu em cerca de 11 pontos percentuais. O peso dos edifícios muito degradados também desceu (-1,6 pontos percentuais).

Gráfico 13 – Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais – Portugal e Regiões, 2017 (%)

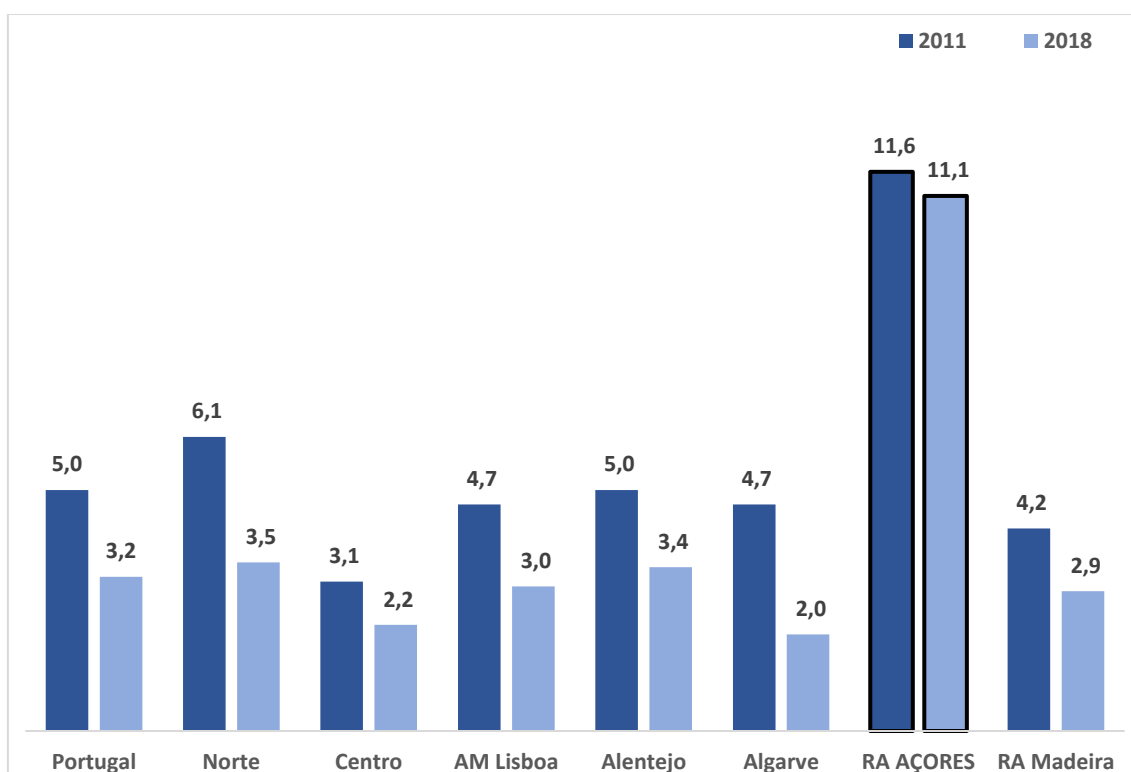


Fonte: INE - Inquérito às condições de vida e rendimento

A taxa do risco de pobreza é a proporção de pessoas com um rendimento que corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente.

Assim, recorrendo ao gráfico 13, constatamos que os Açores é a região do país com a maior taxa de pobreza em 2017 (31,6%), com larga distância em relação às restantes regiões, principalmente às do Continente. Comparativamente à média nacional (17,3%), a taxa açoriana representa quase o dobro da taxa de pobreza.

Gráfico 14 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos – Portugal e Regiões, dezembro de 2011 e de 2018 (%)

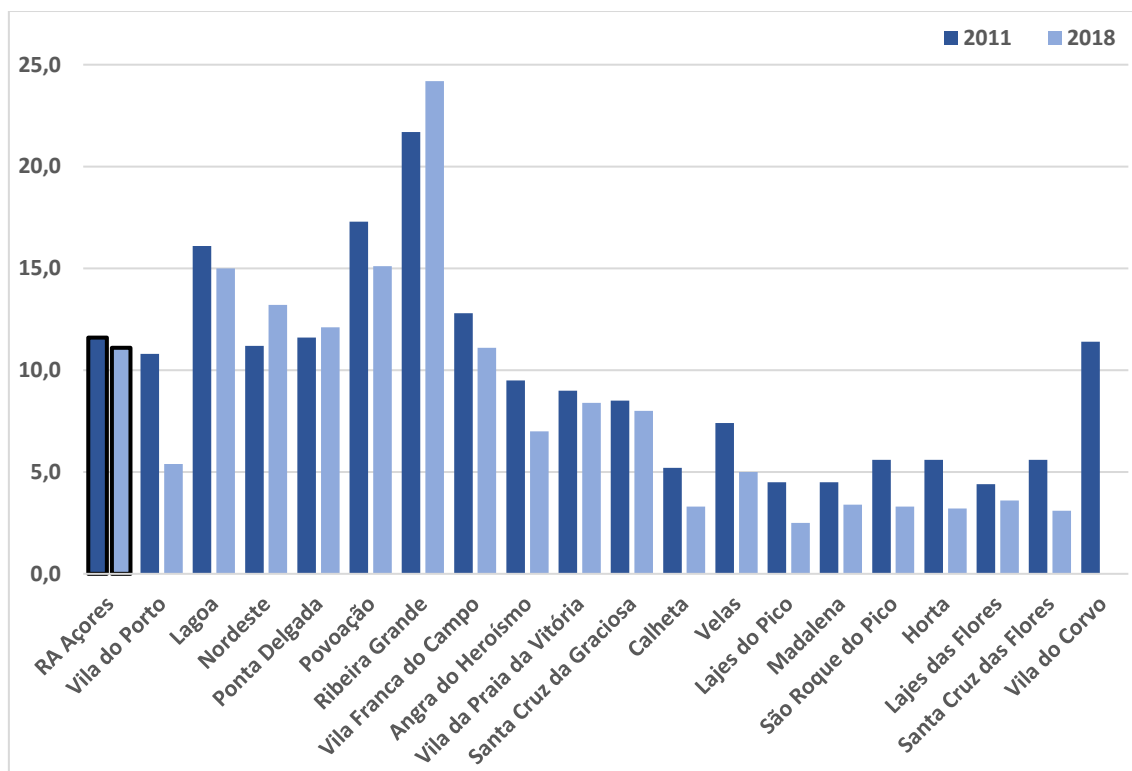


Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

O Rendimento Social de Inserção (RSI), anteriormente designado por Rendimento Mínimo Garantido, é uma prestação mensal do regime não contributivo da Segurança Social.

Conforme o gráfico 14, a Região Autónoma dos Açores destaca-se largamente das restantes regiões do país em termos do número de beneficiários do RSI face à população residente com 15 ou mais anos. Em 2018 apresentava mais do triplo da percentagem nacional (11,1%). Entre 2011 e 2018 observa-se uma descida generalizada do número de beneficiários em todos os territórios em análise. Contudo, os Açores foram a Região onde se registou a menos acentuada, com -0,5 pontos percentuais.

Gráfico 15 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos, por concelhos – Açores, dezembro de 2011 e de 2018 (%)

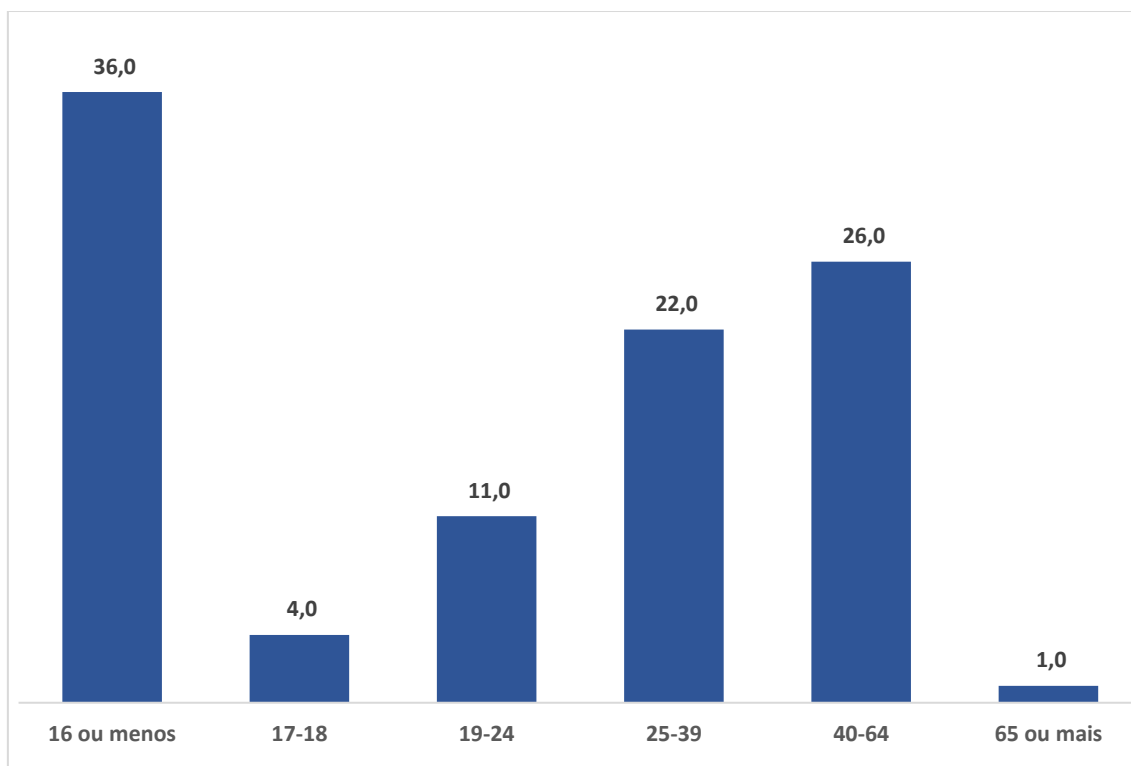


Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Se tivermos em conta a distribuição dos beneficiários do RSI pelos concelhos dos Açores (em percentagem da população residente), observa-se que, nos dois períodos analisados no gráfico 15, as percentagens mais altas estão concentradas na ilha de S. Miguel, designadamente nos concelhos de Ribeira Grande, Povoação e Lagoa, por esta ordem. Aliás, esta é a única ilha que apresenta concelhos com valores superiores à média da Região.

Ao compararmos os anos de 2011 e 2018, podemos verificar uma descida do número de beneficiários em relação à população residente com mais de 15 anos na generalidade das ilhas. As exceções estão precisamente nos concelhos de Ribeira Grande, Nordeste e Ponta Delgada, com subidas na ordem dos 2,5, 2 e 0,5 pontos percentuais, respetivamente.

Gráfico 16 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente, por grupo etário – Açores, dezembro de 2017 (%)



Fonte: Instituto da Segurança Social dos Açores (ISSA)

Distribuindo os beneficiários do Rendimento Social de Inserção nos Açores em 2017, agora por grupos de idade e em relação ao total da população residente, verificamos que dois quintos (40%) estão concentrados na faixa de indivíduos em idade escolar (até aos 18 anos), seguindo-se o escalão etário 40 – 64 anos, com 26%.